

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.471 - RN (2020/0253891-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : IVONE DA SILVA FERNANDES
ADVOGADO : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
COLETIVA SUSPENSÃO POR DECISÃO JUDICIAL
PRESCRIÇÃO INOCORRENTE APELAÇÃO PROVIDA.

Alega violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, no que concerne ao reconhecimento da prescrição do direito de ação executiva individual ajuizada após 17/12/2014, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O acórdão ora recorrido contrariou o sendo, pois, cabível a interposição art. 1º do Decreto n.º 20.910/32, do recurso especial. Como é cediço, a Impugnação decorre da , a qual, por Ação de Execução nº 0802639-40.2016.4.05.8400 sua vez, tem por escopo o cumprimento de decisão transitada em julgado proferida nos autos da Ação Coletiva nº 0006542-44.2006.4.01.3400 (número de origem: 2006.34.00.006627-7) (fls. 464).

A mencionada Ação Ordinária, como visto acima, foi proposta pela Associação dos Servidores Federais em Transportes (ASDNER) em face da União e do DNIT, pleiteando, em favor de seus associados, o enquadramento no Plano Especial de Cargos do DNIT (PEC/DNIT). A pretensão autoral foi julgada procedente, com TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO EM 17/12/2009 (fls. 464).

Como o trânsito em julgado ocorreu em 17/12/2009, e não houve causa suspensiva ou interruptiva, conforme razões acima expostas, as execuções ajuizadas após 17/12/2014 encontram-se prescritas. o ajuizamento da ação rescisória (Processo Desta feita, ao contrário do entendimento do Juízo a quo, n.º 0000333-64.2012.4.01.0000) não suspendeu o prazo prescricional, uma vez que a antecipação dos efeitos da tutela foi indeferida (fls. 464).

O agravo regimental apresentado pela União em face dessa

decisão foi provido tão somente para , até que houvesse manifestação definitiva do STF acerca da matéria suspender a obrigação de pagar objeto da repercussão geral (RE 677730); logo, não houve suspensão do andamento das execuções, de modo que não há qualquer causa suspensiva do lustro prescricional (fls. 464).

Ocorre que a ação de execução em tela somente fora ajuizada em 10 de abril de 2018, portanto, já . depois de operada a prescrição da pretensão (fls. 464).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A apelante está buscando dar efetividade a acórdão proferido na Ação Coletiva nº 2006.34.00.006627-7/DF (TRF1, Segunda Turma, Rel. Des. Federal NEUZA ALVES, julg. 17.03.2008, publ. 15.5.2008), cuja exigibilidade ficou suspensa em razão de decisão proferida na Ação Rescisória nº 0000333-64.2012.4.01.0000, que tramitou no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

De fato, a decisão da rescisória foi no sentido de que a eficácia do acórdão proferido na Ação Coletiva nº 2006.34.00.006627-7/DF dependeria da realização do julgamento do RE nº 67730/DF pelo STF, no qual fora reconhecida a repercussão geral da questão referente ao pedido de extensão, aos substituídos pela ASDNER, de todas as vantagens financeiras decorrentes do Plano Especial de Cargos do DNIT, previsto pelo art. 3º da Lei n. 11.171/2005, que tiverem sido concedidas aos servidores do quadro específico dessa autarquia, oriundos do DNER.

No entanto, o RE 67730/DF não apenas foi julgado, mas se encontra com acórdão transitado em julgado, tendo a respectiva ementa restado assim redigida:

"Recurso extraordinário. Repercussão Geral reconhecida. 1. Administrativo. 2. Paridade. Art. 40, § 8º (redação dada pela EC 20/1998). 3. Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT. Recurso extraordinário não provido." (Plenário. Rel. Min. GILMAR MENDES. Julg. 28/08/2014. Publ. DJe 23/10/2014).

Havendo sido afastado o obstáculo que, segundo estabelecido na AR 0000333-64.2012.4.01.0000 do TRF1, ou seja, havendo manifestação expressa do STF confirmando o direito à isonomia com os servidores do DNIT, mostra-se evidenciada a possibilidade de se promover a execução do acórdão proferido na

Ação Coletiva nº 2006.34.00.006627-7/DF (fls. 401/402).

Não haveria que se falar em prescrição, portanto, já que havia decisão judicial expressa no sentido de suspender os efeitos da coisa julgada que garantira as diferenças salariais. Demais disso, houve acordo com a UNIÃO para que a execução do julgado se desse em etapas, de sorte a se evitar tumulto processual (fls. 404).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ademais, o acórdão recorrido assim decidiu: “Registre-se, também, que, com a manifestação do STF, a UNIÃO firmou acordo com a associação da categoria de servidores, objetivando possibilitar a execução da sentença coletiva, razão pela qual não poderia agora alegar a prescrição” (fls. 402).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Superior Tribunal de Justiça

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente